



VII° CPO

A NOSSA VIDA FRATERNA EM MINORIDADE
Assis, 2004

www.ofmcap.org

© Copyright by:
Curia Generale dei Frati Minori Cappuccini
Via Piemonte, 70
00187 Roma
ITALIA

tel. +39 06 420 11 710
fax. +39 06 48 28 267
www.ofmcap.org

Ufficio delle Comunicazioni OFMCap
info@ofmcap.org
Roma, A.D. 2016

Sommario

VII° CONSELHO PLENÁRIO DA ORDEM A NOSSA VIDA FRATERNA EM MINORIDADE Assis, 2004.....	5
AS PROPOSITIONES	7
“FUNDAMENTOS”	7
VIDA FRATERNA EM MINORIDADE	10
O SERVIÇO DA AUTORIDADE.....	13
ITINERÂNCIA, MINORIDADE E ESTRUTURAS.....	15
FORMAÇÃO PARA A MINORIDADE E ITINERÂNCIA	16
A NOSSA MINORIDADE NA IGREJA	18
POR UM MUNDO DE JUSTIÇA E DE PAZ.....	20

VII° CONSELHO PLENÁRIO DA ORDEM A NOSSA VIDA FRATERNA EM MINORIDADE Assis, 2004

Apresentação

A todos os irmãos da Ordem.

Caros irmãos,

Apresentamos, com esta carta, o resultado do trabalho do VII Conselho Plenário da Ordem sobre *Nossa vida fraterna em minoridade*, celebrado em Assis de 1º a 27 de março passado.

Muitos de vocês tiveram a oportunidade de acompanhar através da Internet o desenvolvimento do VII CPO e de conhecer em tempo real aquilo que, em cada momento, se fazia em Assis, sede do Conselho Plenário. Não só: através da mesma Internet muitos irmãos tiveram a possibilidade de fazer chegar as próprias opiniões, às vezes também as próprias críticas, e o encorajamento que muito apreciamos.

O VII CPO, além do enriquecimento dos participantes e do progresso na unidade e na colaboração da Ordem, produziu, como próprio fruto, 55 *Propositiones* sobre o tema proposto.

Conscientes dos limites do método das *Propositiones*, que foi usado pela segunda vez nesse tipo de encontro, o próprio Conselho Plenário, na conclusão dos seus trabalhos, decidiu que o texto das mesmas fosse sucessivamente aperfeiçoado. Esse trabalho foi então realizado e nós, na presente sessão definitória (21 a 26 de junho de 2004), aprovamos o texto definitivo das *Propositiones* que agora transmitimos a toda a fraternidade de acordo com o que estabelecem as nossas Constituições: “*convém que o Ministro Geral, como lhe parecer melhor e com o consentimento do Definitório, confira sua autoridade às atas do Conselho Plenário e as proponha à Ordem*” (123,6).

Os irmãos que, depois do CPO, trabalharam sobre o texto das *Propositiones*, organizaram-nas em sete partes, dando a cada uma delas um título. Os títulos são os seguintes: “*Fundamentos*”, *Vida fraterna em minoridade*, *O serviço da autoridade*, *Itinerância, minoridade e estruturas*, *Formação para a minoridade e itinerância*, *A nossa minoridade na Igreja*, *Por um mundo de justiça e de paz*. Cada uma das 55 *Propositiones* é, ainda, acompanhada por um subtítulo posto à margem do texto. Desse modo têm-se chaves de leitura que ajudam a uma melhor compreensão do conteúdo de todas e de cada uma das *Propositiones*.

Dos títulos acima elencados, emerge logo a importância do conteúdo do VII CPO para a nossa vida de Frades Capuchinhos, levando-nos a reafirmar a opção pela minoridade e itinerância como nossa, própria e essencial característica, não só como indivíduos mas também como instituição (cf. *Propositiones* 3,5,6,24,25,26...).

Conscientes de que a nossa vocação de frades menores é um “dom”, quisemos iniciar todo o discurso com as fontes que a inspiram e a fundamentam, ou seja, a Santíssima Trindade, a experiência fundacional de Francisco através do encontro com o Cristo Crucificado de São Damião e com o leproso, a atração da beleza e da glória de Deus manifestadas em Jesus Cristo e, por fim, a fé em Cristo, Senhor da história (cf. *Propositiones* 1-6).

Visto que o caminho da minoridade e da itinerância “não é um caminho natural que se escolhe espontaneamente”, reafirmamos – com a *Propositio* 31 – o valor da contemplação: “as fraternidades e os frades têm necessidade de uma formação permanente para adquirir e manter um espírito de serviço e de minoridade que se nutre da oração e da contemplação. É essencial desenvolver um olhar contemplativo, especialmente através do exercício comunitário da oração silenciosa”.

Enfim, caros irmãos, queremos lembrar que o VII CPO se coloca como complemento do VI, pois a pobreza vivida em fraternidade não teria consistência social sem a minoridade e a itinerância. Faltar-lhe-ia o espírito.

Cabe agora a todos nós refletir, estudar e aplicar essa doutrina e essas experiências, talvez de caráter geral, aos diferentes contextos sociais e culturais nos quais estão inseridas as nossas fraternidades e onde cada um de nós vive e exercita o seu apostolado.

Nós apresentamos a toda a Igreja e ao mundo esse dom de Deus que constitui a herança de nosso Pai São Francisco a quem dirigimos a nossa incessante oração a fim de que nos ajude a caminhar com a *santíssima bênção do Senhor* pelos caminhos da fraternidade vivida em pobreza, minoridade e itinerância.

Seus irmãos,

Frei John Corriveau
Frei Aurélio Laita
Frei Joseph Nacua
Frei John Bednarik
Frei Vicente Carlos Kiaziku
Frei Jure Šarčević
Frei Manoel Delson Pedreira da Cruz
Frei Felice Cangelosi
Frei Efrem Bucher

Roma, 24 de junho de 2004.

AS PROPOSITIONES

“FUNDAMENTOS”

“VÓS SOIS HUMILDADE!”

1. A Santíssima Trindade é uma realidade única porque nunca nenhuma das pessoas divinas é superior às outras. Mesmo que essa igualdade radical seja imperfeita nas relações entre as criaturas, ela é um modelo que nos ensina o que signifique ser frades à imagem e semelhança de Deus (cf. Gn 1,26) e doa ao homem o sentido das suas aspirações mais profundas.

a. A humildade abre os corações humanos para penetrar no mistério da relação divina. Francisco nos *Louvores a Deus Altíssimo* proclama: “Vós sois humildade!” (cf. LLe 4). De fato, o nosso Deus Trinitário é por natureza relação, ou seja, uma livre comunhão de Pessoas sem dominação ou subordinação. Pelo fato de sua semelhança com Deus, os homens realizam progressivamente uma livre comunhão de pessoas sem dominação nem subordinação, chegando assim à verdadeira humildade. Pela criação e pelo Batismo nos tornamos participantes da relação familiar com Deus, nos tornamos filhos de Deus (cf. Jo 1,10-13). São Boaventura nos diz que na Encarnação “Deus humildemente se inclinou para levantar o pó da nossa natureza até à unidade com a sua própria pessoa” (São Boaventura, Sermão II sobre o Natal do Senhor).

b. A Trindade é a relação fundacional que cria a Igreja: “A Igreja toda aparece como ‘um povo unido pela unidade do Pai e do Filho e do Espírito Santo’” (LG 4). “Se alguém me ama, guardará a minha palavra; meu Pai o amará, e nós viremos e faremos nele a nossa morada” (Jo 14,23). O zelo pela observância da palavra de Jesus inspirou Francisco a considerar o Evangelho como o fundamento da vida fraterna (cf. 1Rg 1,1-2; 2Rg 1,1). Fundados na fidelidade ao Evangelho, a vida fraterna nos conduz à íntima relação com a Trindade.

c. Francisco abraçou o plano de Deus para as suas criaturas como uma família de irmãs e de irmãos: irmão sol, irmã lua, etc. (cf. Cant). Ele nunca se chamou simplesmente ‘Francisco’, mas sempre ‘Frei Francisco’. Ser ‘irmão’ revela o seu sentir-se relacionado com cada criatura a quem Deus o chamava e a sua missão de sanar as relações com dócil humildade (cf. Cant 10-11 em relação com outras estrofes; 3S 14,58).

FRANCISCO, MENOR E SUBMISSO A TODOS, NO SEGUIMENTO DE JESUS

2. A minoridade nasce em Francisco de Assis como estupor diante do amor de Deus que, para libertar-nos do mal e para introduzir-nos na vida divina, não hesitou dar o seu Filho que se fez homem e se fez obediente até à morte de cruz (cf. Fl 2,6-8; 4Ct-b 4-15), fazendo-se assim *menor e submisso a todos*. O Verbo, a serviço da vontade do Pai a fim de que toda a criação retorne a Ele, não se apegou à sua igualdade com Deus, mas uniu-se à humanidade para curar, reconciliar e libertar toda a criação (cf. Mt 9,13; 12,7; 2Cor 8,9; Gl 1,4; Ef 2,6-9; Hb 10,10). É a *kenosis* gloriosa do Filho de Deus que se prolonga no sacramento da Igreja e na Eucaristia (cf. Adm 1, 16-22), provocando em Francisco o desejo pungente de deixar tudo e colcar-se no seguimento de Jesus. Ele, comovido intimamente pela compaixão de Deus por nós e persuadido de que só nele está a nossa salvação, fez-se menor entre os menores e itinerante, como peregrino e forasteiro nesse mundo (cf. 2Rg 6,1; Test 24), a fim de testemunhar a todos o Crucificado que Ressuscitou (cf. 7Ct 9). Empenhamo-nos portanto, a exemplo de Francisco, a contemplar

assiduamente o mistério da nossa redenção, acrescentando a fé, a esperança e a caridade, para reencontrar cada dia as raízes autênticas da nossa vida e do nosso compromisso na Igreja e na sociedade.

a. Em Francisco, o *ser menor e submisso a todos* não tem como origem o medo, a submissão psicológica ou a renúncia ao exercício da própria livre responsabilidade, mas sim a atração da beleza e da glória de Deus manifestadas em Jesus. Francisco, colocando-se no seguimento de Jesus no caminho da minoridade e da itinerância, mostrou a força libertadora do amor de Deus que redime, cura as feridas, consola os corações e chama à liberdade. Também nós, portanto, reafirmemos a minoridade e a itinerância como opção libertadora para acolher o convite de Jesus: “Se alguém quer ser o primeiro, deverá ser o último, e ser aquele que serve a todos” (Mc 9,35). Identificando-nos com a experiência de Francisco, vamos aos ‘leprosos’ do nosso tempo comprometendo-nos a usar de ‘misericórdia’ para com eles.

Assim como o Cristo pobre continua o seu caminho unitivo entre as criaturas sob as humildes espécies eucarísticas do pão e do vinho (cf. Adm 1,17), também nós, através das águas do Batismo, tornamo-nos Cristo (cf. 1Cor 12,12-13.27) caminhando sobre a terra com a missão divina de curar, reconciliar, libertar e redimir.

b. “Ó admirável humildade, ó estupenda pobreza!” (4CtIn 20): assim exclama Santa Clara diante do mistério da Encarnação. Favoreçamos o diálogo espiritual com todas as irmãs franciscanas, especialmente com as da Segunda Ordem, a fim de que através dessa reciprocidade possamos crescer numa visão mais integral e equilibrada da minoridade e itinerância.

c. Como Maria, Francisco sabe que Deus olha a humildade de seus servos, eleva os humildes e derruba os poderosos dos tronos (cf. LM 6,6). Voltemos, então, o olhar à “Virgem feita Igreja” (cf. SMD 1) e aprendamos dela o espírito de humildade para viver com fidelidade e perseverança a nossa vocação e missão na Igreja para o mundo.

MENORES COMO FRANCISCO

3. Nós, Frades Menores Capuchinhos, vivemos inseridos num mundo pluriforme no qual se agitam forças que causam uma história de injustiças e de enormes sofrimentos humanos. Entre essas forças reconhecemos os poderes econômico, militar e tecnológico.

Nenhuma sociedade onde os capuchinhos estão inseridos está absolutamente livre dos pecados e das estruturas de pecado geradas e sustentadas por tais poderes. Pior, pecados e estruturas de pecado são disseminados por todo o planeta, introduzem-se no nosso estilo de vida e condicionam as nossas relações fraternas.

No seu caminho de conversão, Francisco encontrou o fundamento da minoridade no Deus-Homem, no Cristo Crucificado de São Damião, passando porém através do leproso. O encontro com aquele homem, abandonado e excluído da sociedade e do sistema do seu tempo, fez com que saísse do ‘século’ e mudasse a sua condição social e a sua residência, emigrando do centro para a periferia de Rivortorto e de Santa Maria dos Anjos, isto é, fez-se menor (cf. Test 1; VI CPO 9).

Segundo o exemplo de Francisco, queremos viver a nossa vida evangélica como frades menores, peregrinos e forasteiros neste mundo. Com isso não ignoramos nem desprezamos a grandeza do desafio que a complexidade da situação histórica presente nos coloca. Antes, confiamos na graça e na providência de Deus que se revelou sempre misericordioso com o seu povo e nos propomos a proclamar a todas as criaturas a boa nova deste Deus que não é solidão, mas Amor, e que, como tal, sai de si e chama a todos a entrar em comunhão com Ele.

Isto nos conduz a:

- a. reafirmar a nossa opção pela minoridade como característica essencial dos Frades Menores Capuchinhos não só como indivíduos, mas também como instituição;
- b. aceitar, com alegria e com todas as conseqüências, a fraqueza, a precariedade e a vulnerabilidade no serviço humilde em/de todas as nossas instituições e estruturas;
- c. realizar progressivamente (passo a passo) um deslocamento 'significativo' rumo à periferia da nossa sociedade atual, onde desejamos armar as nossas tendas entre os menores de hoje como fizeram Jesus, São Francisco e os primeiros capuchinhos no seu tempo.

A LIBERDADE FRANCISCANA

4. A pobreza, a minoridade e a itinerância, mais do que elementos próprios do seguimento de Cristo, são liberdade franciscana. São meios que apontam para o nosso fim, ou seja, a construção do Reino de Deus, ou, falando em linguagem franciscana, a construção de uma irmandade onde quer que estejamos, e sempre. A pobreza, a minoridade e a itinerância, fraternamente estruturadas segundo a situação de cada lugar, ajudam os capuchinhos a libertarem-se dos efeitos do pecado estrutural, das forças interiores incoerentes, das manipulações de outros interesses de poder, da incapacidade de superar fronteiras e de tradições anacrônicas que nos assustam, a fim de construir uma irmandade visível no XXI século.

A ITINERÂNCIA NOS INTRODUZ NA HISTÓRIA DA SALVAÇÃO

5. O ser itinerantes, peregrinos e forasteiros neste mundo, encontra a sua força na fé em Cristo, Senhor da história, que se manifestará plenamente no fim dos tempos para julgar a todos segundo a lei do amor (cf. Mt 25,31-46). Essa tensão rumo ao cumprimento último, além de não nos afastar da história, orienta concretamente a nossa vida, nos liberta da idolatria da posse imediata, da tentação narcisista do aparecer e do sucesso e do apego às posições alcançadas, empurrando-nos, ao contrário, a reconhecer e servir humildemente Cristo nos nossos irmãos e especialmente nos necessitados. A exemplo de Francisco, que não queria que coisa alguma pudesse ser dita 'sua' neste mundo, cresçamos na disponibilidade cordial à imprevisibilidade de Deus, maior que todos os nossos projetos, e testemunhemos a todos a alegria de colocar nEle a nossa esperança, mostrando-nos atentos às necessidades de todos

- autoridade sem poder dominador,
- serviço caracterizado pela humildade,
- relações fraternas com toda a criação,
- uma vida vivida na periferia social.

O nosso mundo é caracterizado pelo domínio e pela violência de muitos tipos:

- iníqua concentração da renda que produz um grande número de migrantes,
- arrogância,
- preocupação narcisista de realização própria,
- poderes usados em vantagem própria que marginalizam os pobres e destroem o ambiente, relações marcadas pelo domínio e pela estratificação social,
- etnocentrismo e intolerância religiosa,
- uma cultura que busca mudanças mediante a violência.

A minoridade franciscana exige hoje opções corajosas por um mundo mais fraterno:

- a opção de uma economia fraterna onde quer que vivamos ou trabalhemos (cf. VI CPO,

- especialmente os números 29-45),
- relações centradas nos outros,
- uma cultura de paz que saiba aceitar também a vulnerabilidade,
- liderança e ação pastoral baseadas no serviço e na participação,
- uma ética de justiça baseada no fato de sermos todos irmãos e irmãs,
- um novo empenho pelo diálogo segundo o espírito de Francisco (cf. 1Rg 16,6-10).

VIDA FRATERNA EM MINORIDADE

EXIGÊNCIAS DA NOSSA IDENTIDADE FRATERNA E MINORÍTICA

7. a. “São Francisco, por inspiração de Deus, deu início à forma de vida evangélica que chamou de fraternidade, de acordo com o exemplo de vida de Cristo e de seus discípulos” (Const. 83,5). Ele quis que a sua Fraternidade se chamasse Ordem dos Frades Menores (cf. 1C 15,38) e mudou a primeira denominação de ‘pobres menores’ para ‘frades menores’ (cf. Fontes Franciscanas – Edição Italiana, nº 2246), a fim de que na Igreja e no mundo brilhasse mais claramente a imagem de Cristo pobre, humilde e dedicado ao serviço dos homens, especialmente dos pobres (cf. Const. 8,2).

Vivendo a nossa opção de vida fraterna na minoridade como um dom de Deus, nós oferecemos a toda a Igreja e ao mundo o anúncio de uma proposta evangélica essencial. Na vida segundo a nossa identidade fraterna e minorítica, reconhecemos a base de todo o nosso apostolado e a primeira forma de missão evangélica para um efetivo testemunho de total comunhão na diversidade dos carismas e dos ministérios vividos nas nossas fraternidades.

b. O Fundador quis que entre seus frades nenhum fosse chamado prior, mas que todos, indistintamente, se chamassem simplesmente ‘frades menores’ (cf. 1Rg 6).

É a minoridade que qualifica e diferencia a nossa fraternidade. Por isso, na Ordem, nenhum frade é maior que o outro, mas todos são iguais em dignidade porque participantes da mesma vocação à fraternidade. “Procedendo – então – na verdade e na sinceridade de coração, tenhamos entre nós grande familiaridade e, pela caridade no espírito, sirvamos e obedeçamos voluntariamente uns aos outros” (Const. 167,1).

c. Por conseguinte, o VII CPO afirma e reafirma que:

- a mesma profissão de fraternidade evangélica torna-nos todos ‘frades menores’ sem alguma distinção;
- as circunscrições, as fraternidades locais e todos os frades devem ser animados a viver o primado da vida fraterna como primeira forma do nosso apostolado;
- no exercício de qualquer tipo de ministério, e em qualquer nível, deve-se promover efetivamente a participação de todos;
- é necessário que nas várias regiões da Ordem as nomeações e as eleições para os vários cargos e serviços estejam abertas a todos os frades sem nenhuma distinção e reserva (cf. Const. 84,5);
- todo tipo de serviço nas nossas casas deve ser oportunamente partilhado por todos os frades em força da sua vocação;

- a nossa formação inicial, nas suas várias etapas, deve ser igual e idêntica para todos os frades em formação; as mesmas oportunidades devem ser garantidas também para a formação especial;
- os frades sejam estimulados a manter em devida consideração a unidade na diversidade da nossa fraternidade;
- é necessário que, em todos os níveis, se aprofunde a reflexão sobre a nossa identidade de instituto que se configura na Igreja prescindindo de qualquer conotação clerical e/ou laical (cf. Carta de 18/9/96 de João Paulo II ao Ministro Geral, v. Analecta OFMCap. 112 (1996) p. 565-566);
- a afirmação teórica ou de princípio sobre a igualdade de todos os frades se transforme em prática vivencial.

AUTORIDADE E ANIMAÇÃO

8. A minoridade supõe o reconhecimento do dom do irmão e leva ao exercício comum da co-responsabilidade e da participação de todos os frades na animação da fraternidade. A autoridade deve ser o dinamismo que ajuda a elaborar o projeto comunitário da fraternidade como instrumento real de crescimento na vida e na fé; o guardião será o animador e o responsável desse projeto. A autoridade deve fazer ainda com que toda a circunscrição elabore periodicamente o seu projeto de vida.

CONTRIBUIÇÃO DE TODOS NA FRATERNIDADE

9. Despojemo-nos de todo privilégio que possa advir do cargo, da instrução recebida, do ministério presbiteral ou de qualquer outro serviço que fazemos para o bem comum do povo de Deus. Na comunidade onde todos escolhemos ser menores e servir mais que ser servidos, não só nos chamemos todos indistintamente de irmãos, mas o sejamos realmente pela participação nas decisões a respeito da vida da fraternidade, no acesso aos meios de transporte, de comunicação e outros. E cada um dê a sua contribuição na manutenção ordinária das nossas casas, sem se isentar dos trabalhos domésticos e dos serviços fraternos de todo o dia. Mesmo que essa contribuição possa ser efetivamente limitada e simbólica, é todavia necessária e se torna uma prova de verdadeira irmandade e de serviço recíproco.

ACEITAÇÃO DOS OUTROS

10. Como fraternidade de frades menores deveríamos acentuar mais aquilo que une do que aquilo que separa. Façamos um esforço concreto para incluir os outros a fim de impedir que o etnocentrismo crie raízes nas nossas fraternidades. Os nossos empenhos deveriam ser caracterizados por uma sincera aceitação dos outros independentemente das suas características individuais ou da sua história pessoal.

O CAPÍTULO LOCAL

11. O capítulo local, celebrado com freqüência, é o lugar apropriado de expressão da nossa vida fraterna em minoridade. Nele cada um se coloca na escuta humilde e apaixonada do irmão e todos os frades, na co-responsabilidade, no diálogo, na obediência caritativa e no exercício minorítico da autoridade, procuram as vias para crescer na comunhão evangélica. Para fazer um melhor uso desse instrumento de vida fraterna, convidamos a analisar regularmente as estruturas implícitas de poder que existem numa comunidade, tais como: a influência que se

tem pela função desenvolvida, a facilidade da palavra, a imposição por boicote, etc. O capítulo favorece também o espírito de itinerância por permitir que se avalie o significado da presença da fraternidade local e a abertura a novos horizontes.

O TRABALHO DE EQUIPE

12. O trabalho de equipe é um dos rostos da minoridade. É um exercício simples e cotidiano da autoridade horizontal. Nele todos os menores se sentem irmãos na igualdade. Essa orientação deve incidir em todos os níveis da comunidade.

HORIZONTE INTERNACIONAL

13. A Ordem é uma fraternidade mundial à qual pertencemos através da província e das circunscrições. Para superar toda forma de provincialismo e para mover-nos eficazmente num contexto globalizado como é o nosso, é importante abrir-nos ao horizonte internacional da nossa fraternidade. Em particular, abramo-nos de boa vontade a toda forma de colaboração interprovincial, não só no âmbito da formação inicial, mas também no da formação permanente e do ministério. A colaboração entre as circunscrições, de fato, não é só uma exigência ditada pela 'penúria' de pessoal, mas é um valor em si mesma, por ser uma forma mais ampla de fraternidade, além de uma expressão concreta de minoridade e itinerância.

A constituição de fraternidades interprovinciais e o intercâmbio de pessoal entre as circunscrições são instrumentos eficazes de colaboração.

Analogamente, são formas convenientes e atuais de minoridade e itinerância as iniciativas de colaboração interfranciscana, em primeiro lugar com os outros irmãos da Primeira Ordem e da TOR, e depois com as Irmãs Clarissas e as outras irmãs e irmãos franciscanos. Abramo-nos, ainda, de coração, à colaboração com os leigos, especialmente com os irmãos e as irmãs da Ordem Franciscana Secular e da Juventude Franciscana. **Solidariedade de pessoal**

Solidariedade de pessoal

14. A Ordem cresceu muito no sentido da solidariedade de pessoal. O VII CPO recomenda que este espírito seja mantido e se constituam fraternidades provinciais e interprovinciais nas periferias e nas fronteiras, onde o sistema gera uma grande quantidade de pobres (migrantes, exilados, etc.).

CIRCUNSCRIÇÕES EM DIFICULDADE

15. Em várias circunscrições da Ordem, nossos irmãos vivem uma forma diversa de pobreza. A pobreza causada pelo envelhecimento dos frades, pela diminuição das vocações e por um contexto indiferente ou até anticlerical.

Encorajamos os irmãos a aceitarem essa situação e a vivê-la na fé como expressão concreta da nossa opção de vida na minoridade. Por outro lado, os convidamos a elaborar novos projetos adaptados às próprias possibilidades e à situação pastoral em que se encontram. Para realizar esses projetos se poderá apelar para a solidariedade internacional de pessoal.

IRMÃOS EM CONTEXTOS DIFÍCEIS

16. Inspirados pelo ensinamento de proclamar a boa nova também no meio das provas e perseguições (cf. Mt 24,9), encorajamos os nossos irmãos que vivem em países onde o

cristianismo é uma pequena minoria a continuarem a testemunhar o Evangelho como fermento na massa (cf. Lc 13,21), pelo exemplo e pela palavra, num espírito de minoridade semelhante ao de São Francisco diante do Sultão. A nossa fraternidade se compromete a apoiar e a sustentar os irmãos, em particular aqueles que vivem em países onde a liberdade religiosa está em risco, onde cresce a intolerância religiosa e se difunde rapidamente o fundamentalismo religioso.

CELEBRAÇÃO DA PROFISSÃO PERPÉTUA

17. Para dar destaque à nossa vocação de irmãos e ao valor eclesial da vida religiosa, a profissão perpétua seja celebrada com conveniente dignidade: ela se manifesta na verdade dos gestos e no estilo sóbrio, que é próprio da liturgia e conforme à pobreza franciscana (cf. *Rito Romano-Seráfico da Profissão Religiosa*, 75). O mesmo vale para as ordenações e para as outras recorrências da fraternidade.

O SERVIÇO DA AUTORIDADE

A AUTORIDADE QUERIDA POR JESUS

18. A Palavra de Deus ilumina e inspira a decisão do frade capuchinho que queira viver em minoridade. Dela se aprende que é necessário abandonar todo poder de domínio (cf. Mc 9,33-37; 1Rg 5,12-15) e que o serviço é a postura correta de quem vê em Jesus o servo (cf. Lc 22,24-27). Assim o Evangelho nos ensina a identificar-nos com os excluídos (cf. Mt 25,31-46) e a saber partilhar com eles todo tipo de bens (cf. Rm 15,27). O bom uso do poder é o 'sacrifício autêntico' que caracteriza quem fez a experiência profunda de Jesus (cf. Rm 12,1).

As ciências sociais modernas afirmam com clareza que por causa das relações sociais assimétricas é impossível viver sem exercitar o poder. Mas Jesus ensinou que os discípulos não deviam dominar uns sobre os outros como fazem os poderosos do mundo (cf. Mt 20,25; Mc 10,42-45; Lc 22,24-27; 1Pd 5,3). Também Francisco escreveu que os frades não devem exercitar poder ou domínio (cf. 1Rg 5,12-15).

O USO CAPUCHINHO DO PODER

19. Francisco, assumindo a própria fragilidade, conseguiu entrar em relação com toda pessoa e toda criatura. O uso capuchinho do poder salienta mais a construção de relações do que a eficiência de execução e, portanto, inclui as seguintes características:

- não é excludente: inclui todas as pessoas interessadas na decisão;
- é participativo: os que participam têm o direito de expressar a própria opinião;
- é igualitário: a decisão final respeita de modo equânime as necessidades de todos os interessados;
- é caracterizado pela vontade de diálogo em vista de um possível consenso;
- é não violento.
- Estas características constituem um modelo que pode ser seguido também por outras pessoas no mundo.

A AUTORIDADE SEGUNDO AS CONSTITUIÇÕES

20. As nossas Constituições (números 156 e 157) indicam quatro fontes positivas de autoridade no mundo e na nossa Ordem: 1) o serviço aos outros; 2) a coerência entre o que dizemos e o que fazemos; 3) a escuta atenta dos outros; 4) a função de autoridade que procura o bem comum. As Constituições sugerem uma graduação pela qual, no exercício da própria função, se recorre à força da autoridade só depois de terem sido exauridas todas as outras possibilidades.

TAREFA DO MINISTÉRIO FRATERO DE AUTORIDADE

21. Lembrados das *Admoestações* de Francisco (cf. Adm 3 e 4), da *Carta a um Ministro* e da *Carta a Frei Leão*, alimentemos a consciência de que o exercício dos ministérios fraternos é uma constante provocação ao crescimento dos indivíduos e da fraternidade numa liberdade comprometida no seguimento de Cristo. A tarefa do ministério fraterno é favorecer o crescimento da responsabilidade pessoal na vida fraterna, promover e sustentar a unidade e a comunhão entre os irmãos, reconhecer os dons presentes entre nós estimulando o amor recíproco e inclusivo no que diz respeito a todos os que se encontram e encorajar os irmãos no seu caminho de conformação com Cristo humilde e pobre.

Nesse sentido, os ministros favoreçam de todos os modos o discernimento comum da vontade de Deus, a co-responsabilidade, o diálogo fraterno, a programação partilhada, a subsidiariedade e a solidariedade. O instrumento fundamental e irrenunciável para isso deve ser o capítulo local. E promovam, ainda, a escuta dos irmãos, a acolhida do caminho de cada um recordando as palavras com as quais Francisco descrevia os ministérios fraternos: visitar, exortar, admoestar e corrigir (cf. 2Rg 10,1).

Os que são colocados nos cargos de autoridade sejam em tudo e por tudo ministros e servos dos irmãos, sem dominar nas relações fraternas, evitando toda parcialidade. No espírito do serviço recíproco, não se apropriem dos cargos e manifestem ativamente aquele sadio desapego da própria função que torna possível o serviço desinteressado, recordando quanto foi afirmado por Francisco (cf. Adm 4).

Faz parte do espírito de minoridade, portanto, que os ministros aceitem a vulnerabilidade nas relações. Propomos, ainda, rever e substituir todas as denominações ministeriais incompatíveis com a proposta evangélica, com o nosso ideal de minoridade e com o caráter fraterno da nossa Ordem.

QUANDO O PODER SE TRANSFORMA EM PREPOTÊNCIA

22. Independentemente de quem somos e de qual posição ocupamos, todos possuímos um certo tipo de poder. Ele pode ter um papel positivo, de animação e de criação, e ser colocado a serviço dos outros, ou pode tornar-se motivo de corrupção e, portanto, de destruição.

O domínio e a exploração dos outros se revela e tem conseqüências não só sobre o aspecto visível e físico, mas também sobre a esfera psicológica e emotiva da vida humana. E é aqui que se encontram as feridas mais profundas e cicatrizes que não se fecham:

- atos deliberados de violência, linguagem depreciativa, ameaças diretas ou indiretas nunca devem fazer parte da vida de um frade menor;
- a exploração sexual e o abuso de uma outra pessoa é ofensa mais grave à minoridade do que à castidade;

- participamos passivamente de atos de prepotência e de degradação dos outros quando aceitamos a violência e o sexo explícito como formas de entretenimento.

AS PERSUASÕES OCULTAS DE O FALSO PODER

23. Para salvaguardar a nossa forma de vida evangélica de ‘frades menores’, as nossas fraternidades devem fazer uma corajosa autocrítica e um humilde discernimento sobre falsas formas de poder – político, religioso, econômico – que se introduzem nas mesmas e manipulam os desejos e os interesses dos frades, distorcem as suas relações ‘face a face’ e os seduzem com privilégios e honras, bem como com benefícios econômicos, fiscais e outros.

ITINERÂNCIA, MINORIDADE E ESTRUTURAS

FORMAS DE IMOBILISMO

24. A nossa verdadeira vocação está radicada no seguimento de Cristo e dos seus apóstolos, que renunciaram a qualquer direito sobre qualquer lugar para proclamar generosa e livremente o Reino de Deus em toda a parte (cf. Mt 8,20; Lc 9,58). A imobilidade de alguns dos nossos confrades compromete na base a nossa vocação e missão na Igreja e no mundo.

O conceito de imobilismo não é somente físico. Um imobilismo mais radical se encontra nos hábitos de pensamento e de avaliação que muitas vezes se tornam obstáculos à verdadeira conversão. Esses obstáculos podem ser constituídos pelo pensamento teológico rígido, mentalidade incapaz de mudanças, fundamentalismo teológico, e podem impedir as pessoas de encontrarem Deus ‘fora do acampamento’ (Ex 19,17; 33,7-11).

ITINERÂNCIA COMO ABANDONO DE PODER E DE LUGAR

25. Francisco deixou-se inspirar pela vida itinerante de Jesus e dos apóstolos e seguiu-lhes o exemplo. Na fidelidade a Francisco, expressamos a nossa itinerância através da opção de abandonar os postos de poder corroborados e garantidos para escolher os mais acessíveis à gente comum e aos mais pobres. Deveríamos ainda discernir e decidir em fraternidade o abandono daqueles ministérios que podem tornar-se objeto de apropriação, de exaltação e de autopromoção. Tal opção favoreceria a nossa vida em fraternidade e ofereceria aos frades individualmente a possibilidade de um crescimento pessoal pois lhes permitiria travar novos contatos e assumir novas responsabilidades.

Desse modo partilharíamos o caráter que Cristo deu à Igreja como povo a caminho.

Seguindo a sã tradição dos primeiros capuchinhos, sempre próximos dos indigentes e abandonados pelos outros, nutridos pela fé e abertos à esperança, propomo-nos, como compromisso de nova evangelização, viver ao seu lado, mesmo se isso comportar o abandono de estruturas não conformes ao nosso ideal.

REVISÃO DO ESTILO DE VIDA

26. Conscientes de que a minoridade favorece uma relação mais justa e coerente com as pessoas humildes do nosso tempo, todas as fraternidades se empenhem numa sincera revisão do nosso

estilo de vida apostando numa efetiva solidariedade, evitando desperdícios inúteis, exagerado uso de carros e outros meios da tecnologia moderna, perguntando-nos se de fato quanto nós possuímos seja essencial à missão que deriva do nosso carisma.

REVISÃO DAS ESTRUTURAS

27. A consciência clara da realidade e do quadro social em que vivemos nos impele a fazer um discernimento sério sobre a minoridade das nossas estruturas. Essas estruturas deverão ser simples, flexíveis, de volume moderado, longe do domínio, do dinheiro e do prestígio. O frade menor sabe viver na provisoriedade.

a. Questionemo-nos concretamente sobre as estruturas de nossa propriedade: igrejas, conventos, jardins, bens culturais. Perguntemo-nos se o uso que fazemos delas é conforme à nossa vocação de menores e itinerantes. Se esses bens forem superiores às exigências da fraternidade ou exigirem um cuidado exagerado, estudemos soluções para ‘reconvertê-los’ a finalidades úteis à Igreja, aos pobres, à sociedade. Entre essas soluções consideramos também a possibilidade de confiá-los a uso temporário, a venda e a doação, segundo os lugares e as necessidades.

b. Optar por casas pequenas e com número conveniente de frades, casas inseridas em áreas periféricas que vivam do seu trabalho, pode constituir uma tradução prática da nossa minoridade e itinerância.

c. Tenha-se cuidado, contudo, de tutelar os bens que pelo seu significado histórico constituam importante memória da identidade da nossa Ordem.

FORMAÇÃO PARA A MINORIDADE E ITINERÂNCIA

CANDIDATOS E MINORIDADE

28. Os candidatos à nossa vida sejam informados, orientados e encorajados desde o momento da animação vocacional a compreender e a viver o caráter de fraterna igualdade da nossa família minorítica e itinerante.

FORMAÇÃO INICIAL E EXPERIÊNCIAS ÚTEIS

29. Como São Francisco cresceu no conhecimento do Senhor Jesus através do encontro com o leproso, assim a formação inicial preveja experiências de contato concreto com os ‘leprosos’ do nosso tempo: os doentes, os pobres e os marginalizados de todo tipo, segundo os lugares onde estamos presentes.

Quanto possível, será útil alguma experiência temporária de trabalho como fonte de sustento para poder compreender a gente comum junto à qual vivemos.

Para completar a formação inicial, são igualmente úteis períodos de experiência missionária. Tempos de estudo e de serviço numa circunscrição diferente daquela à qual pertence, especialmente nas circunscrições pobres, ajudam o frade na formação inicial a desenvolver a itinerância e a consciência global de pertença à Ordem.

É necessário que, desde o início da formação inicial, sejam apresentadas as duas possibilidades de frade e de frade sacerdote como expressões, ambas necessárias, de igual dignidade do único carisma franciscano-capuchinho. As conferências podem preparar programas comuns para a formação inicial.

FORMAÇÃO PERMANENTE PARA A MINORIDADE E ITINERÂNCIA

30. A minoridade e a itinerância são elementos da vocação franciscana que acompanham sempre a nossa vida fraterna. Portanto, a formação permanente deve constantemente aprofundar esses valores e favorecer, além das oportunidades de atualização cultural, também experiências concretas de aproximação do povo e dos pobres. É conveniente, por isso, que cada frade se disponha a uma sadia renovação da sua identidade de consagrado e do seu ministério através de modalidades de serviço aos sofredores, de partilha de vida com os marginalizados e de compromisso pastoral em campo diverso do habitual. Tais experiências podem ser realizadas em outras circunscrições ou na missão.

A formação permanente cuidará também da qualidade franciscana da nossa oração. Rezamos como verdadeiros frades menores quando estamos prontos a partilhar a oração com o povo, quando sabemos adaptá-la às circunstâncias, tanto através das formas culturais como apresentando a Deus as alegrias e as esperanças, os sofrimentos e as preocupações dos nossos contemporâneos (cf. GS 1).

FORMAÇÃO PARA A CONTEMPLAÇÃO NA MINORIDADE

31. Dado que o caminho da minoridade não é um caminho natural que se escolhe espontaneamente, as fraternidades e os frades têm necessidade de uma formação permanente para adquirir e manter um espírito de serviço e de minoridade que se nutre da oração e da contemplação. É essencial desenvolver um olhar contemplativo, especialmente através do exercício comunitário da oração silenciosa.

O caminho dos primeiros capuchinhos rumo à periferia foi também o caminho rumo à contemplação e o silêncio aberto ao mundo. O frade menor é aquele que contempla sobretudo um Deus que se faz menor no presépio, na cruz e na Eucaristia, e que nunca perde de vista os irmãos e as irmãs – sobretudo os mais pobres – e toda a criação.

O ermo, que para os primeiros capuchinhos se situava nos limites da cidade, não é um lugar para afastar o olhar da realidade, mas para se ter uma visão mais ampla da mesma, contemplada a partir de Deus e dos pobres.

Queremos, portanto, promover uma contemplação franciscano-capuchinha:

- que, seguindo a tradição de Francisco, contemple a minoridade de Deus como paradigma pedagógico na evangelização;
 - que surja da realidade e nos leve à ação (amor compassivo e compaixão internacional);
 - que ao invés de falar, seja o lugar da escuta de Deus no Evangelho e nos pobres.
- Por isso façamos com que:
 - a animação da formação permanente ajude a reconhecer humildemente a necessidade de aprender de novo o caminho da nossa contemplação;

- cada conferência da Ordem crie um espaço para o conhecimento, a prática e o amor pela contemplação franciscana;
- no capítulo local se fale do uso do tempo e das atividades que podem ser eliminadas a fim de que se tenha o tempo necessário para a oração contemplativa;
- segundo a nossa tradição, se prefira a meditação sobre os mistérios da encarnação e da cruz;
- as experiências eremíticas não reforcem em nós um estilo de vida monástico, mas sejam, mais que tudo, um ponto de partida para um olhar contemplativo no meio do mundo.

COERÊNCIA ENTRE ENSINAMENTO E VIDA

32. A nossa vida fraterna é a exigência fundamental no processo de toda a formação (cf. Const. 23,4-5). Esse delicado processo formativo corre riscos quando se percebe um duplo critério entre o que se ensina ou se propõe e aquilo que é vivido de fato na jurisdição inteira. Muitas vezes essa situação leva a conceber a profissão religiosa e a ordenação mais como degraus ou passos rumo à promoção pessoal e o privilégio do que rumo a níveis de empenho mais profundos e de maior generosidade. Queremos, pois, sublinhar a importância da coerência entre aquilo que dizemos aos jovens em formação e o nosso estilo de vida.

CONHECIMENTO DA DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA

33. Para qualificar as nossas opções no campo social e a nossa presença entre os pobres, seja promovido em todas as nossas fraternidades o conhecimento da doutrina social da Igreja inclusive através de momentos de formação específica (inicial e permanente).

O VII CPO COMO INSTRUMENTO FORMATIVO

34. Todas as circunscrições se empenhem na atuação cordial das proposições oferecidas pelo VII CPO. Com esse objetivo, sejam programados encontros de sensibilização e experiências concretas no âmbito da formação inicial e permanente.

A NOSSA MINORIDADE NA IGREJA

O SACERDOTE MINISTRO E SERVO NA IGREJA

35. Considerando que o povo de Deus recebeu muitos dons para edificar a Igreja (cf. 1Cor 14,26; Ef 4,7.11-12), os presbíteros são chamados a desenvolver na Igreja o ministério da unidade sem exercitar domínio sobre a fé das pessoas, antes, como servidores da sua alegria (cf. 2Cor 1,24; 1Pd 5,3). A eucaristia, fonte e cume da nossa vida (cf. LG 11; Const. 47,1), nos ajuda, enquanto menores, a compreender melhor o sentido de serviço do ministério ordenado.

A Eucaristia não pertence individualmente a nenhuma pessoa humana, mas ao próprio Cristo, em cujo sacerdócio participam ativamente todos os fiéis. O presbítero, na assembléia eucarística, age em nome de Cristo cabeça (cf. LG 10,28; PO 2; SC 33). O Evangelho segundo João apresenta Cristo como um Senhor que se inclina para lavar os pés dos outros: “Eu que sou o Mestre e Senhor, lavei os seus pés; por isso vocês devem lavar os pés uns dos outros” (Jo

13,14; cf. 1Rg 6,3-4; Adm 4,2). O exemplo de Cristo que se humilha a ponto de colocar-se nas nossas mãos durante a Eucaristia (cf. Adm 1,16-19; 7Ct 21-22) deveria conduzir os ministros a humilhar a si mesmos para servir os outros (cf. 7Ct 28). Essa postura, no seguimento de Cristo, convida os frades sacerdotes da nossa Ordem a serem humildes e menores no seu serviço sobre o altar da vida fraterna.

CARACTERÍSTICAS DO SACERDOTE MENOR

36. “O Senhor me deu irmãos” (Test 14) diz Francisco referindo-se aos inícios da fraternidade. Nessa fraternidade ele acolheu todos os que desejavam partilhar o seu ideal minorítico; entre eles havia também sacerdotes. A eles Francisco assim se dirige: “E a todos *em Cristo humildes* ministros e custódios e *sacerdotes* desta fraternidade” (7Ct 2); e lhes oferece orientações concretas para um exercício minorítico do ministério ordenado. Isso vale ainda hoje para quantos são sacerdotes na Ordem.

O franciscano sacerdote vive o próprio ministério honrando o primado da pertença à fraternidade (cf. 7Ct 30-33). E como ministro especial da misericórdia de Deus, inspirando-se no modelo proposto por Francisco na *Carta a um Ministro* (6Ct 4-15), coloca-se à disposição das necessidades da Igreja, dando preferência aos serviços mais difíceis e privados de honra, e sabe fazer-se próximo especialmente dos sofredores, dos marginalizados e afastados.

O menor, sacerdote, tem cuidado para que a liturgia reflita tanto a simplicidade do caminho franciscano quanto a grandeza dos mistérios celebrados através do próprio comportamento e através dos sinais e objetos que compõem o rito (cf. 2Ct 1-15).

Ele deve, por fim, mostrar-se livre diante do dinheiro, capaz de gratuidade evangélica (Mt 10,8-10).

SERVIÇOS FRATERNOS NÃO SACERDOTAIS

37. A missão da nossa Ordem deve expressar a índole fraterna do nosso carisma. As circunscrições, portanto, na escolha das atividades e dos serviços, devem incluir também aqueles ministérios que não requerem a ordenação sacerdotal.

EM OBEDIÊNCIA À IGREJA E NOS MINISTÉRIOS MENOS PROCURADOS

38. Francisco, como irmão menor, sempre procurou viver a obediência ao Evangelho como obediência à Igreja, comunidade dos batizados. Tinha intuído que o Evangelho, inspirado pelo Espírito, tinha nascido no âmbito da comunidade cristã (cf. John Corriveau, Carta Circular 22 “*A coragem de sermos menores*”, 6.1) Nesse sentido, tinha respondido com solicitude ao chamado do Crucifixo: “Francisco, vai, repara a minha casa que, como vês, está em ruínas” (Lm 1,5). No Testamento de Sena ele afirma: “Sejam sempre fiéis e súditos aos prelados e clérigos da Santa Mãe Igreja”. Reconhecemos como expressão essencial da nossa minoridade a obediência cordial e co-responsável à Igreja e aos seus ministros. Manifestamos de fato a nossa pertença eclesial quando nos tornamos disponíveis evangelicamente ao serviço de todo o povo de Deus.

Desse modo, mantenhamo-nos sinceramente disponíveis a servir a Igreja local e universal, agindo em concórdia com os pastores (Test 3,6-8). Privilegiemos aqueles empenhos que são mais conformes à nossa vocação de menores e assumamos os encargos pastorais de fronteira, os ministérios menos procurados na Igreja e nas periferias, ou seja, lá onde podemos manifestar melhor a compaixão e a proximidade: sejam paróquias de periferia, capelanias de

hospitais, assistência aos doentes e ao mundo das marginalizações entre as velhas e novas pobres.

Façamos com que as remunerações não sejam o único critério para a escolha dos nossos ministros e que esses sejam expressão de toda a fraternidade.

MODALIDADES DE COLABORAÇÃO COM A IGREJA DIOCESANA

39. Nos seus documentos a Ordem convidou-nos a sermos 'prudentes' no aceitar paróquias (cf. Const. 151,2). Todavia, vemos que isso, por muitas razões, não está acontecendo e condiciona a nossa vida fraterna e itinerante. Propomos que se reveja esse modo de proceder e se assuma o serviço da ação evangelizadora e pastoral mais no sentido da colaboração com a igreja diocesana, evitando sempre o sentido de poder e de apropriação. Para que isso aconteça, e tendo em conta as circunstâncias, é bom assumir só por tempo limitado responsabilidades como paróquias, serviços diocesanos e outros compromissos que induzem à estabilidade.

IMPLANTATIO DA IGREJA E DA ORDEM

40. Em qualquer lugar onde formos anunciar o Evangelho, implantar a Ordem e colaborar na formação da Igreja, propomos que:

- se evite todo sinal de poder e de *status* social no nosso modo de viver, evangelizar e ajudar;
- se evite toda forma de desigualdade entre os frades nativos e os frades estrangeiros que podem contar com ajudas econômicas dos seus países;
- se trabalhe preferencialmente com métodos e meios do lugar;
- se promovam os vários projetos em nome da comunidade capuchinha e não em nome pessoal;
- se utilizem os critérios da economia fraterna já indicados pelo VI CPO para as doações recebidas para as missões.

Na escolha de novas presenças, favoreçamos aquelas igrejas locais que esperam de nós não tanto uma grande estrutura pastoral ou social mas sim o testemunho franciscano. Procuremos também ir ao encontro dos pedidos das igrejas locais onde não há ainda uma presença franciscana. Nesse sentido pode ser de muita ajuda a colaboração dos irmãos e das irmãs da família franciscana.

OS CARGOS ECLESIAÍSTICOS

41. Dado que os capuchinhos querem ser menores, a nossa Ordem não procura para os seus membros o episcopado ou outros encargos eclesiásticos elevados.

POR UM MUNDO DE JUSTIÇA E DE PAZ

CRIAR RELAÇÕES

42. A força do Espírito Santo alimenta em nossos corações um amor verdadeiro que cria unidade entre todas as criaturas independentemente de quem são ou do que sejam (cf. LG 7). Como irmãos de São Francisco, devemos construir pontes e encontrar caminhos, superar as barreiras de casta, credo, religião e das fronteiras geográficas, e agarrar-nos ao fio condutor do amor enquanto caminhamos no labirinto das relações. As nossas fraternidades deveriam ser focos de paz e de reconciliação para os ambientes que nos circundam.

VER O HOMEM ALÉM DO SEU PECADO

43. Um traço específico da minoridade de Francisco está na capacidade que o santo de Assis tinha de saber ver além das feridas, dos limites e dos pecados dos homens, colhendo em todos a presença de Deus. Usar de misericórdia para com os leprosos é reconhecer o mistério de Deus presente no sofredor; a oferta contínua de perdão àqueles que pecam é afirmação de que o irmão é maior que seu pecado. Também nós, com coerente testemunho evangélico, não nos deixemos condicionar pelo mal e pela dor, mas em tudo levemos esperança, favorecendo a reconciliação e a cura daqueles que sofrem no corpo e no espírito.

FAVORECER A RECONCILIAÇÃO

44. A situação atual de conflito internacional e a condição humana marcada pelo pecado pessoal e social, revelam a radical necessidade de conversão, de reconciliação e de paz que podem vir somente do alto: “Cristo é a nossa paz. De dois povos, ele fez um só” (Ef 2,14). Favorecer de fato a reconciliação com iniciativas adequadas e concretas e promover-lhe a cultura é parte integrante do nosso compromisso de menores. Nesse contexto, a disponibilidade para celebrar o sacramento da reconciliação, certamente é expressão de minoridade.

A ALEGRIA DA MINORIDADE

45. Nós, frades capuchinhos, cremos na beleza da minoridade. Como Francisco, pensamos que, não obstante as dificuldades presentes numa vida de minoridade e itinerância, temos sempre motivo para manifestar alegria pelo modo como vivemos. A experiência do Evangelho e a vida em comunidade são razões para viver com satisfação a nossa minoridade. E é partindo desses motivos que procuramos levar alegria à vida, às vezes muito dura, dos pobres (cf. Const. 100). E ainda mais: muitos percebem a nossa satisfação como encorajamento para suas vidas e esta pode atraí-los a abraçar a nossa vocação. Ser menores e viver na alegria não só é possível, mas constitui uma realidade sempre presente no nosso estilo de vida.

RELAÇÕES ‘REDIMIDAS’

46. Conduzido por Jesus, Francisco chegou a abraçar o irmão numa relação que transformou o que era amargo em “doçura da alma e do corpo” (Test 1,3). Francisco se empenhou por um novo mundo de relações redimidas; por isso é nossa vocação específica:

- visar sobretudo a reconciliação (cf. V CPO 86);
- procurar alcançar a compreensão recíproca e favorecer a empatia entre as partes em conflito;
- permitir a cada parte a expressão da própria experiência no âmbito de um conflito;

- ter presente, no conflito, as legítimas necessidades de todas as partes;
- viver entre nós um modelo de solidariedade que garanta segurança a todo o frade e que possa oferecer também ao mundo um exemplo de solidariedade;
- superar as divisões étnicas, lingüísticas e nacionais;
- ser uma voz com os que não têm voz;
- ao propor soluções, estar atentos às repercussões que as mesmas têm sobre a nossa irmã, a Mãe Terra;
- saber denunciar as políticas e as práticas injustas.

TESTEMUNHO E DIÁLOGO

47. Quando vamos entre os que não partilham a nossa fé, somos chamados em primeiro lugar a ser testemunhas de Cristo com a nossa própria vida e, em segundo lugar, a dialogar com eles, seguindo a recomendação de São Francisco (cf. 1Rg 16, 6-10), a não fazer proselitismo nem desprezar ou interpretar mal as suas crenças. Como consequência, desejamos:

- viver entre os pobres sem distinção de religião;
- dialogar com as culturas, religiões e confissões;
- inculturar o Evangelho.

SOLIDARIEDADE COM OS MENORES DO NOSSO TEMPO

48. Num mundo de competitividade e de luta, onde os sistemas econômicos, militares e tecnológicos que se auto-alimentam marginalizam sempre mais os pobres, nós, como menores e itinerantes, empenhamo-nos numa missão profética, expressando a nossa solidariedade com os pobres e marginalizados, colocando-nos ao seu lado para transformar o mundo segundo o espírito evangélico de fraternidade.

A nossa pregação do Reino é constituída não só pela proclamação verbal da Palavra, mas também pelo envolvimento na sociedade em vista de sua transformação. “Todas as vezes que vocês fizeram isso a um dos menores de meus irmãos, foi a mim que o fizeram”, disse Jesus (Mt 25,40). Como frades menores, sendo pobres e tendo escolhido os pobres, devemos envolver-nos mais ativamente no desenvolvimento social e espiritual dos pobres e dos marginalizados. Atentos à sua situação existencial nas várias partes do mundo, contribuiremos para uma mudança positiva e um melhoramento tangível nas suas vidas com todos os meios franciscanos à nossa disposição. Desse modo será significativa a nossa solidariedade com os menores da sociedade, cuja miséria degrada a sua humanidade a ponto de comprometer o senso moral.

Os efeitos desse nosso envolvimento deveriam ser periodicamente avaliados de modo crítico e julgados de modo objetivo.

NOVO POSICIONAMENTO

49. Pensamos que seja difícil compreender o mundo atual, imerso nas pobrezaas, a partir de uma posição privilegiada como a nossa. Por isso, cremos que caminhar rumo às pobrezaas seja uma orientação que pode gerar uma vida nova na Ordem. Isso requer duas coisas: uma mudança de lugar físico que comportaria, como aconteceu com os primeiros capuchinhos, colocar as nossas

casas na periferia da sociedade com um estilo simples e pobre, e também uma mudança sociológica que exigiria viver ali não só para acolher os pobres, mas também desejando ser acolhidos por eles. Esse 'batismo dos pobres', que Francisco recebeu quando abraçou o leproso, leva a estar entre os pobres como companheiros de caminho, ativamente participantes da sua libertação.

Tendo em vista esse objetivo é auspicioso que as circunscrições da Ordem tenham ao menos uma presença de inserção em lugares de pobreza e que uma parte dos frades possa participar diretamente em instâncias de solidariedade com os povos empobrecidos.

FUNDO DE SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL E FRANCISCANS INTERNATIONAL

50. O Fundo de Solidariedade Internacional é um instrumento através do qual todas as jurisdições devem partilhar os seus recursos com as circunscrições que têm necessidade de ajuda para as próprias infra-estruturas e para apoiar o desenvolvimento social do povo do lugar. Com a nossa minoridade contribuimos nesse esforço em colaboração com outros. As próprias jurisdições deveriam trabalhar com organizações e instituições sérias que partilham os nossos valores evangélicos para a transformação social e para ajudar diretamente os pobres. O *Franciscans International* nas Nações Unidas é a nossa organização primordial com a qual deveriam colaborar todas as jurisdições da Ordem. A Ordem mantenha informados os seus membros a respeito da atividade do *Franciscans International* nas Nações Unidas.

51. Muitas jurisdições têm programas de desenvolvimento e transformação social e de ajuda direta aos pobres. Essas atividades são louváveis e em harmonia com o nosso carisma capuchinho. Muitas vezes, por causa das enormes quantidades de dinheiro que são manipuladas, elas são também ocasiões de grande poder que, como qualquer outro uso do poder, deve ser submetido a juízo crítico por parte da Ordem. As normas seguintes tendem a garantir que o uso do poder nessas situações corresponda a um modo de proceder conforme à nossa vocação.

- As nossas obras de desenvolvimento e de transformação social deveriam constituir também na sociedade uma realidade de economia fraterna. Por isso é importante que as ajudas dirigidas aos pobres tenham o objetivo de promover o encontro das pessoas que estão em necessidade e as pessoas que têm recursos.
- O uso do dinheiro no desenvolvimento dos projetos deve ser transparente.
- Como essas obras pressupõem, tantas vezes, o exercício de um grande poder, nenhum frade deveria ficar muito tempo numa posição de liderança ou de controle. Caso contrário, se arrisca a abusar do poder e a desenvolver hábitos não conformes à nossa vida de minoridade. A norma de permanência de um frade em tais encargos poderia ser semelhante à de um ministro provincial, não passando de seis anos consecutivos.
- A assistência não deveria passar de indivíduo a indivíduo, mas ser sempre exercitada mediante a fraternidade.
- Dê-se preferência àqueles compromissos onde os próprios frades servem diretamente os pobres.
- Nesses ministérios os frades promovam claramente o Evangelho e os valores franciscanos.
- No momento em que os programas de desenvolvimento social e de ajuda direta patrocinados pela Ordem puderem ser desenvolvidos melhor por outros grupos, procure-se passá-los aos mesmos.

RESPONSABILIDADE ECOLÓGICA

52. Nós capuchinhos também somos responsáveis pelas várias formas de destruição do nosso planeta (por exemplo: a poluição e a exploração excessiva dos recursos), porque participamos ativamente nos ‘crimes’ desse sistema destruidor.

Convidamos os frades a verificarem, pessoal e comunitariamente, o seu comportamento em relação à ecologia. Encorajamos também a participação nas ações dos grupos comprometidos na salvaguarda da criação.

COMBATER O CONSUMISMO

53. Para combater o consumismo, que alimenta o sistema vigente e compromete o nosso testemunho de minoridade e de itinerância, procuremos:

- usar com critério e, preferivelmente, evitar objetos de consumo que sejam sinais de poder, de ostentação e de auto-exaltação;
- trabalhar junto às associações de consulta para o consumo consciente e eticamente responsável;
- colaborar com organismos que defendem a vida, a natureza, a biodiversidade e ajudam a um uso racional e ecologicamente sustentável dos recursos naturais.

54. Nas sociedades particularmente marcadas pelo egoísmo e pela violência, muitas vezes as crianças e as mulheres são as que sofrem as conseqüências piores. Por isso, coloquemo-nos de verdade ao seu lado, afirmando a ‘civilização do amor’ através da cultura da vida contra a cultura de morte.

Favoreçamos o máximo possível o amparo das crianças indefesas, resgatando-as da violência e colaborando com associações internacionais confiáveis para a sua saúde e educação.

Promovamos a igualdade de direitos da mulher e favoreçamos a cultura da reciprocidade no reconhecimento da igual dignidade. Desse modo, como frades menores, estaremos nos relacionando com as mulheres num espírito de igualdade e respeito, atentos às suas preocupações e críticas e construindo com elas a nova ‘cidade da igualdade’.

SERVIÇO DE JUSTIÇA, PAZ E ECOLOGIA

55. O VII CPO insiste na necessidade de se ter, em cada circunscrição, um Serviço de Justiça, Paz e Ecologia que efetivamente funcione. Cada conferência torne conhecido e apóie o trabalho do *Franciscans International*.

Sommario

VII° CONSELHO PLENÁRIO DA ORDEM A NOSSA VIDA FRATERNA EM MINORIDADE Assis, 2004.....	5
AS PROPOSITIONES	7
“FUNDAMENTOS”	7
VIDA FRATERNA EM MINORIDADE	10
O SERVIÇO DA AUTORIDADE.....	13
ITINERÂNCIA, MINORIDADE E ESTRUTURAS.....	15
FORMAÇÃO PARA A MINORIDADE E ITINERÂNCIA	16
A NOSSA MINORIDADE NA IGREJA	18
POR UM MUNDO DE JUSTIÇA E DE PAZ.....	20



www.ofmcap.org